

Banco Central barra saque em dinheiro de emendas parlamentares

Instrução normativa aos bancos cumpre decisão do STF. Retirada em espécie pode indicar ato ilícito

O Banco Central publicou a Instrução Normativa nº 732/2026, que reforça o controle sobre o uso de recursos de emendas parlamentares ao incorporar, na regulação do sistema financeiro, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A norma proíbe saques em espécie desses valores e determina que tentativas de retirada em dinheiro passem a ser tratadas como operações suspeitas.

A medida está ligada à ADPF 854/DF, relatada pelo ministro Flávio Dino. Em decisão de 3 de março de 2026, o magistrado vedou a realização de saques em espécie de recursos oriundos de emendas parlamentares, inclusive quando transferidos a empresas ou entidades beneficiárias finais. O objetivo é garantir maior rastreabilidade e transparência na aplicação dessas verbas públicas.

Na prática, a decisão obriga que os recursos circulem por meios eletrônicos, facilitando

o acompanhamento pelos órgãos de controle. O saque em dinheiro, por dificultar a identificação do destino final dos valores, vinha sendo apontado como uma brecha para possíveis irregularidades.

Prevenção à lavagem de dinheiro

Com a nova instrução normativa, o Banco Central altera a Carta Circular nº 4.001/2020, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. A partir de agora, a tentativa de saque ou mesmo o provisionamento para retirada em espécie de valores de emendas passa a integrar o rol de situações que podem indicar indícios de ilícitos.

Isso impõe às instituições financeiras o dever de monitorar essas movimentações e comunicar operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).



Em 2026, emendas parlamentares somam cerca de R\$ 61 bilhões - equivalente a 1% do Orçamento

A mudança amplia o papel dos bancos no controle dessas verbas e reforça os mecanismos de prevenção a desvios.

A norma também dispensa a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), uma vez que apenas implementa uma decisão do STF, sem margem para alternativas regulatórias. Segundo o Banco Central, o objetivo da instrução normativa é “orientar o sistema financeiro e garantir o cumprimento da determinação judicial”.

Transparência das Emendas Parlamentares

O tema das emendas parlamentares tem sido alvo de questionamentos sobre transparência e uso dos recursos. Nesse contexto, a atuação do STF e a regulamentação pelo Banco Central sinalizam um esforço conjunto para aumentar o controle e reduzir riscos de mau uso do dinheiro público.

No âmbito da ADPF 854/DF, relatada pelo ministro Flávio Dino, as medidas vão além da proibição de saques em dinheiro e buscam garantir o rastreamento completo das emendas parlamentares. A Corte tem exigido a identificação do autor das indicações, dos beneficiários finais e da execução dos recursos, incluindo transferências diretas, como as chamadas “emendas Pix”, com o objetivo de ampliar a transparência e reduzir riscos de uso irregular do dinheiro público. No sistema financeiro, o BC e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras também monitoram movimentações incompatíveis com renda, o uso de dinheiro vivo, o fracionamento, “laranjas”, transações externas suspeitas e mudanças bruscas no padrão financeiro.

Sobre as Emendas

Em 2026, as emendas parlamentares somam cerca de

R\$ 61 bilhões, o equivalente a 1% do Orçamento federal. A maior parte é composta pelas chamadas emendas impositivas — individuais e de bancada — cuja execução é obrigatória pelo governo. Essas somam aproximadamente R\$ 37 bilhões, ou cerca de 60% do total, e têm destinação definida diretamente por deputados e senadores, com menor margem de interferência do Executivo.

Já os cerca de 40% restantes incluem emendas de comissão e outras rubricas, que não são totalmente impositivas e permitem maior gestão política sobre a liberação dos recursos. As emendas têm peso relevante por financiarem obras e projetos locais e funcionarem como instrumento central na relação entre Executivo e Congresso e na relação de deputados e senadores com as bases eleitorais nos estados e municípios.

Veículos seminovos mantêm alta e crescem 11,7% em abril, aponta FENAUTO

Relatório mensal da FENAUTO, entidade que representa o setor de veículos seminovos e usados no Brasil, aponta que o mercado segue com desempenho positivo em 2026. Em abril, a média diária de vendas registrou alta de 11,7% em relação a março, atingindo 85.006 unidades negociadas por dia útil.

O resultado reforça a trajetória de crescimento do segmento. No acumulado do ano, o setor já soma 5.908.170 unidades comercializadas, o que representa avanço de 10% em volume nominal e aumento de 11,3% na média por dia útil na comparação com o mesmo período de 2025.

Mesmo com um calendário mais curto em abril — quatro dias úteis a menos do que março — o desempenho se manteve forte.

O volume total do mês chegou a 1.530.108 unidades, crescimento de 2,9% em relação a abril do ano anterior. Já a média por dia útil avançou 14,3% no comparativo anual, indicando maior eficiência nas negociações.

Para o presidente da FENAUTO, Everton Fernandes, os números refletem estabilidade e eficiência do setor. “A movimentação ficou dentro do previsto para um mês com menos dias úteis. No entanto, mantivemos uma excelente média diária de transferências e alcançamos um acumulado muito representativo frente a 2025. Seguimos com otimismo moderado e a expectativa de um fechamento de ano bastante positivo”, afirma Fernandes.

O relatório também destaca a melhora da confiança do consu-



Gol foi o veículo mais vendido: 61.175 unidades em abril

midor. O Índice de Confiança do Consumidor (FGV IBRE) avançou para 89,1 pontos em abril, alta de 1,0 ponto e maior nível desde o

fim de 2025. O indicador sugere maior disposição de compra das famílias, o que contribui para o aquecimento do mercado automotivo.

Mais vendidos

Entre os modelos mais comercializados em abril, o segmento de automóveis teve liderança do VW Gol, com 61.175 unidades, seguido pelo GM Onix, com 38.937, e pelo Hyundai HB20, com 37.388 unidades. Nos comerciais leves, a Fiat Strada liderou com 36.777 unidades, seguida pela VW Saveiro, com 21.777, e pela Toyota Hilux, com 17.514. No segmento de motocicletas, a Honda CG150 foi destaque com 81.672 unidades, seguida pela Honda Biz, com 39.055, e pela Honda NXR150, com 27.687. Já entre os comerciais pesados, a liderança ficou com a Volvo FH, com 2.547 unidades, seguida pelo Ford Cargo, com 2.273, e pelo Mercedes-Benz Axor, com 1.382 unidades comercializadas no mês.